



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS  
SEPN - Quadra 514, Bloco E, - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70760-545  
Telefone: (61) 2029-6500 e Fax: @fax\_unidade@ - <http://www.antaq.gov.br>

## PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 50300.017876/2022-01

Evento: **Curso de Operação de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA) 2022**

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para o fornecimento de kit lanche para os participantes do Curso de Operação de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA), capacitação de que trata o processo 50300.010006/2022-01 (Projeto Básico GPF1636199), destinado à capacitação de 17 (dezessete) fiscais lotados nas Gerências, Unidades Regionais e Postos Avançados, considerados como público interno e 08 (oito) vagas para o público externo, totalizando 24 (vinte e quatro) vagas, que estará dividida em 2 (dois) grupos de 5 (cinco) turmas, a ser realizado nos dias 21/11/2022 à 25/11/2022, na cidade de Salvador (BA).

1.2. Este curso visa promover a capacitação dos servidores da ANTAQ para a operação das RPAs classe 3, com peso máximo de decolagem até 25 kg, para utilização em fiscalizações do âmbito da ANTAQ e suporte a outros setores da Agência, em consonância com a legislação vigente.

1.3. A presente contratação adotará o regime de execução por empreitada de preço global.

1.4. O prazo de execução é o período de 5 (cinco) dias, a contar de 21/11/2022, data prevista para o início do treinamento a 25/11/2022, data prevista para o final do treinamento.

### 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Devido a logística e cronograma do evento, que contempla um curso extenso de 2 (dois) dias e meio, divididos em duas turmas na semana de 21 a 25/11/2022, sendo uma necessidade operacional e deve estar em sintonia com os objetivos que se deseja alcançar no curso, fazendo-se um evento Institucional, que irá contribuir positivamente para o aperfeiçoamento e a melhoria das atividades finalísticas da fiscalização.

2.2. Entende-se que esta despesa é justificada em prol do alcance dos objetivos da entidade realizadora e pela obtenção de uma maior otimização do tempo útil dos participantes do evento, evitando que tenham que se deslocar do local de sua realização com a consequente dispersão dos participantes, contribuindo assim para um melhor aproveitamento do conteúdo que se pretende apresentar neste curso.

2.3. Entende-se também que a interrupção deste curso para o lanche, pode trazer prejuízos aos alunos, pois a carga horária, deve ser bem aproveitada por ser bem estendida.

2.4. Ademais, é importante destacar também que, contaremos com a presença de públicos externos neste evento e por esses motivos evidenciou-se a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de 170 (centro e setenta) kits lanche em

embalagem individual (lanche), para que os participantes não saiam do local e não prejudiquem sobremaneira a execução eficiente e proveitosa do Curso. Abaixo reproduzimos o mapa do local do curso, mostrando que inviabilizaria o cronograma geral do curso se os alunos saírem para lanche, causando evidentes atrasos ao regular andamento da programação preliminar proposta e que é muito extensa.

2.5. Ainda, caso seja contemplado, dentro do itinerário do evento, parada para lanches, as despesas do participantes, isso inviabilizaria o cronograma geral do curso, com evidentes atrasos ao regular andamento da programação preliminar proposta:

GRUPO 1 - 28 à 30/11/2022 - 12 vagas

Cronograma	28/NOV	29/NOV	30/NOV
1º período 08h00 - 12h00	<b>Introdução</b> - Legislação e prática de cadastro no DECEA; - Entendendo uma RPA (partes e funcionamento). - Manuseio e operação; - Procedimentos de segurança.	<b>Voo básico</b> - Sequências básicas (cont.); - Sequências de maior complexidade.	<b>Internalização dos comandos</b> - Voos automatizados; - Voo livre; <b>Avaliação</b>
2º período 13h00 - 17h00	<b>Voo básico</b> - Familiarização com os equipamentos; - Decolagem e pouso; - Sequências básicas.	<b>Voo básico</b> - Sequências de maior complexidade (cont.)  <b>Funcionalidades adicionais</b> - Captura de imagens;	
Carga horária diária	8 h	8 h	4 h

Tabela 1. Programação do Grupo 1.

GRUPO 2 - 30/11 à 02/12/2022 - 12 vagas

Cronograma	30/NOV	01/DEZ	02/DEZ
1º período 08h00 - 12h00		<b>Voo básico</b> - Familiarização com os equipamentos; - Decolagem e pouso; - Sequências básicas.	<b>Voo básico</b> - Sequências de maior complexidade (cont.)  <b>Funcionalidades adicionais</b> - Captura de imagens;
2º período 13h00 - 17h00	<b>Introdução</b> - Legislação; - Manuseio e manutenção; - Procedimentos de segurança.	<b>Voo básico</b> - Sequências básicas (cont.); - Sequências de maior complexidade.	<b>Internalização dos comandos</b> - Voos automatizados; - Voo livre; <b>Avaliação</b>
Carga horária diária	4 h	8 h	8 h

## Tabela 2. Programação do Grupo 2.

2.6. Pelo motivo exposto, para a adequada realização do evento, justifica-se a aquisição dos referidos kits lanche, sendo 170 lanches ao total, distribuídos na semana de 21 a 25/11/2022 de Curso.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada no Plano de Trabalho, anexo aos autos.

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O serviço a ser contratado possui natureza de serviço não-continuado, sem utilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.1.1. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5. DA JUSTIFICATIVA DA SITUAÇÃO DE DISPENSA E RAZÃO DA ESCOLHA EXECUTANTE DO SERVIÇO

5.1. A contratação deve ocorrer com fundamento em dispensa de licitação, com base no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. A capacitação corresponde às expectativas e necessidades levantada pela Gerência Planejamento e Inteligência da Fiscalização - GPF;

5.2. A empresa contratada, Café no Porto - CNPJ: 42.110.696/0001-59, conta com o menor valor ofertado;

5.3. A empresa que prestará o serviço tem ampla experiência na venda e fornecimento de lanches; e

5.4. Melhor custo-benefício para dar apoio ao **2º Curso de Operação de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA 2022)** é a empresa Café no Porto - CNPJ: 42.110.696/0001-59 que já presta esse tipo de serviço.

### 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O serviço será prestado por empresa reconhecida, que já faz esse tipo de serviço.

### 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto será realizada em 5 (cinco) dias, no período matutino e vespertino, dos dias 21 a 25/11/2022;

7.2. A contratação é para fornecimento de lanches para os servidores que estão inscritos no **2º Curso de Operação de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA 2022)**, para a melhor gestão de tempo e aproveitamento do Curso;

## 8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.1. A empresa deverá disponibilizar os materiais mínimos necessários para a perfeita execução do fornecimento de um Kit lanche, composto pelos seguintes itens:

- a) 01 (um) sanduíche de peito de peru, queijo tipo mozzarella, pasta em pão tipo integral ou um sanduíche natural;
- b) 02 (dois) pães delícia com recheio;
- c) pães de queijo;
- d) 01 (um) fatia de bolo;
- e) 01 (uma) fruta (maçã, pera ou banana embalada em saco plástico);
- f) 01 (uma) garrafa de 1 (um) litro de café;
- g) 01 (um) pão sem recheio;
- h) 02 (dois) litros de suco natural
- i) 02 (dois) litros de refrigerante;
- j) 100 (cem) garrafas de água mineral de 500 ml cada;
- k) Guardanapo, copos descartáveis; e
- l) Embalagem.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações da contratada, de acordo com o previsto na Proposta;

9.2. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do serviço, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela proposta sejam as mais adequadas;

9.3. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;

9.4. Efetuar as retenções devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017;

9.5. Arquivar, dentre outros documentos, orçamentos, termos de recebimento, aditamentos, relatórios e notificações expedidas.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste documento e na proposta;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.5. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 10.6. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado;
- 10.7. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente;
- 10.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.9. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

## 11. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

## 12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 13.1. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 13.4. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 13.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a

correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Projeto Básico.

13.7. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.8. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### 14. **DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

14.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os meios disponíveis e necessários para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### 15. **DO PAGAMENTO**

15.1. O pagamento será executado após a conclusão e entrega do produto, por meio de nota de empenho.

#### 16. **DO REAJUSTE**

16.1. O preço inicialmente contratado é fixo e irrevogável no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

#### 17. **GARANTIA DE EXECUÇÃO**

17.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

## 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II - Multa de:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

f) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii” e “iv” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	01

Para os itens a seguir, deixar de:

6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens deste Projeto Básico, do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01



6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

18.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados

18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

18.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

18.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 19. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO CONTRATADO

19.1. O custo da contratação é de R\$ 2.800,00 (dois mil oitocentos reais).

19.2. Necessidade de instruir os servidores designados para fiscalização e gestão de contratos, bem como os servidores responsáveis pela liquidação das respectivas notas fiscais pela retenção de

tributos e operacionalização da conta depósito vinculada.

## 20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/Unidade: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);
- II - Fonte de Recursos: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);
- III - Programa de Trabalho: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);
- IV - Elemento de Despesa: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);
- V - Plano Interno: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);
- VI - Nota de Empenho: (preencher com o número da nota de empenho).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Soares, Gerente de Planejamento e Inteligência da Fiscalização**, em 02/11/2022, às 22:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rejane SENA de Oliveira Teixeira, Agente Administrativo**, em 03/11/2022, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **1742418** e o código CRC **0955E017**.

**REJANE SENA DE OLIVEIRA TEIXEIRA**

Agente Administrativo

**PEDRO HENRIQUE SOARES**

Gerente de Planejamento e Inteligência da Fiscalização